

Sarney recebe 'centristas'

Foto de Sérgio Marques

Quinta-feira, 1 de outubro de 1987

com críticas ao PMDB

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney reclamou ontem do comportamento do PMDB, ao afirmar que o partido o deixou assumir sozinho o desgaste junto à opinião pública assim que o Governo editou o Plano Cruzado II, apesar de ter sido o mais beneficiado com as medidas econômicas de fevereiro do ano passado nas eleições. Sarney disse também que sempre cumpriu seus compromissos com o partido e que os peemedebistas não podem fazer qualquer queixa.

Sarney fez esse desabafo aos 25 deputados conselheiros do grupo Centro Democrático do PMDB, que lhe foram comunicar a divulgação, hoje, de uma nota em repúdio ao manifesto do Movimento de Unidade Progressista (MUP), também do PMDB. O manifesto chegou a chamar o Presidente Sarney de usurpador, além de tecer severas críticas ao Governo.

O Deputado Borges da Silveira (PR), um dos Cordenadores do grupo Centro Democrático, disse que Sarney deixou claro sua insatisfação com alguns setores do partido que fazem "críticas injustas e agressivas" a ele e a seu Governo.

— O Presidente disse que já concretizou 90 por cento dos itens estabelecidos no documento "Compromisso com a Nação", que inspirou a Aliança Democrática — comentou o Deputado, acrescentando ter o Presidente comunicado que, com o rompimento da Aliança, foi necessário escrever um novo documento-com-



O Presidente cumprimenta cada integrante do grupo Centro Democrático

promisso, que será assinado por políticos que apóiam o Governo.

O Deputado Jorge Leite (RJ) informou que Sarney deixou bem clara a necessidade de ter maioria na Constituinte, mas não deu detalhes do conteúdo do documento e nem do perfil da composição de sua base de sustentação política. Leite disse que o Centro Democrático foi ao Planalto para prestar solidariedade ao Presidente, principalmente após as agressões do MUP.

Um documento do Centro Democrático, a ser entregue hoje ao Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, considera — segundo Jorge

Leite — "insólitas as agressões" dos membros do MUP, notadamente porque foi divulgado duas horas depois de o Líder do partido, Deputado Luiz Henrique, ter dado apoio ao Presidente, durante o café da manhã no Palácio da Alvorada.

Os deputados conselheiros afirmaram também ao Presidente que ele tem o apoio de todo o grupo para promover, com liberdade, a reforma ministerial. Depois da audiência, os Deputados Jorge Leite, Expedito Machado e Borges da Silveira disseram que o grupo não está pleiteando cargos no primeiro escalão do Governo.

Sarney propõe Congresso forte e reforça posição presidencialista

BRASÍLIA — O pacto político que o Presidente José Sarney vai propor no documento-compromisso tem como argumento mais sedutor para os parlamentares o fortalecimento do Congresso Nacional, que terá devolvida uma de suas principais prerrogativas: a de participar efetivamente das decisões financeiras do Governo. Antecipando-se aos Constituintes nessas questões, Sarney fortalece ao mesmo tempo a sua proposta de presidencialismo.

No discurso de lançamento do Programa de Ação Governamental (PAG), ontem, Sarney adiantou esse ponto do documento-compromisso. O Presidente lembrou que, com o orçamento unificado, a partir de 1988 o Congresso terá controle absoluto das contas públicas e acompanhará o Governo em todos os seus gastos, não podendo o Governo fazer nenhuma despesa não autorizada pelo Legislativo, incluindo emissão de títulos e moedas.

O Ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, confirmou ontem que o Presidente pretende também fortalecer a sua defesa do sistema presidencialista, antecipando-se aos Constituintes na questão da devolução das prerrogativas do Legislativo:

— Foi um torpedo. Mostra o Presidente que é possível governar sob o sistema presidencialista, outorgando responsabilidades profundas ao Parlamento. Está dando uma definição de que o parlamentarismo pode ser mitigado e o parlamentarismo acrescido, sem mudança do sistema num momento como este.

O apoio ao presidencialismo estará, assim, implícito no documento-compromisso. Sarney não explicitou isso, porque o documento tem como objetivo essencial angariar adesões ao novo programa mínimo de Governo e mencionar a questão do

sistema de Governo e do mandato presidencial seria abordar pontos que dividem ao meio o PMDB. Essa tese é confirmada pelo Líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e pelos Governadores Orestes Quêrcia, de São Paulo, e Tasso Jereissati, do Ceará.

Sarney abordará ainda no documento-compromisso, de acordo com esses interlocutores, a reforma agrária, melhor distribuição de renda, prioridade para o social, negociação soberana da dívida externa, nova política de emprego e salários e uma política habitacional agressiva. Sarney também antecipou ontem que decreto por ele assinado reajusta o valor do piso salarial nacional para CZ\$ 2.640 e que separou o piso salarial do salário mínimo.

— Nós estamos evitando que à custa do aumento do salário do trabalhador, aqueles salários a ele vinculados sejam os mais beneficiados toda vez que se aumenta o salário mínimo — disse o Presidente.

O Presidente Sarney comunicou aos governadores a elaboração do documento e prometeu enviá-lo hoje a todos eles e aos parlamentares, sem distinção partidária. Esse comunicado ele já havia feito terça-feira à noite, no Palácio da Alvorada, aos Governadores Orestes Quêrcia e Tasso Jereissati. Na mesma noite, ele telefonou a Ulysses Guimarães, falando do documento e da intenção de enviá-lo a cada parlamentar.

No pronunciamento à Nação, o Presidente José Sarney pedirá apoio e confiança à população e também a participação no programa mínimo de Governo que apresentará. O Presidente, de acordo com assessores, definirá o programa como uma meta a garantir a paz social, a prosperidade da Nação, a tranquilidade "de todos os lares de nosso País".

Leônidas diz que só vê manipulações

BRASÍLIA — "Não estou vendo crise, mas manipulações políticas", afirmou ontem o Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, ao fazer um rápido comentário sobre o momento político. O Ministro preferiu não identificar os autores da manipulação, ressaltando apenas que "todos têm o direito de fazer o que pensam na Constituinte".



General Leônidas

A declaração do General Leônidas foi feita após a solenidade do lançamento do Programa de Ação Governamental, no Palácio do Planalto. Antes disso, assessores do Presidente Sarney informaram que os militares estavam irritados com o fato de os Constituintes terem excluído o terrorismo da lista de crimes inafiançáveis.

— Ministro, como o senhor analisa a crise política?

— Não estou vendo crise, mas manipulações políticas. Mas é parte da democracia.

— Da parte de quem vem as manipulações? — indagou um repórter.

— De todo o mundo. Cada um faz a parte que lhe interessa. Política é democracia e cada segmento trabalha para seus interesses — respondeu.

O Ministro do Exército disse, em seguida, que não estava criticando especificamente os partidos políticos, e concluiu:

— Todos têm o direito de fazer o que pensam na Constituinte.

Presidente teme impasse 'incontrolável' com rumos que a Carta possa tomar

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney fez ontem aos 16 Governadores que reuniu em seu gabinete, no Palácio do Planalto, um apelo e uma advertência: pediu que eles participem do processo constituinte e manifestou temor de que seja aprovada uma Carta que, não correspondendo aos anseios da sociedade, provoquem um impasse "incontrolável". A principal preocupação do Presidente é com a condução do processo de votação.

Segundo quatro Governadores que participaram do encontro — Pedro Ivo (SC), Tarcísio Burity (PB), Carlos Bezerra (MT) e Tasso Jereissati (CE) —, o Presidente considerou "absurda" a posição da maioria da Sistematização em não considerar inafiançáveis os crimes por tráfico de tóxicos e terrorismo.

No caso do sistema de

Governo, Sarney argumentou que, na campanha pelas eleições presidenciais diretas, que acabou consolidando a Aliança Democrática com a ascensão de Tancredo Neves ao poder, pela via indireta, "nem de leve se tocou em parlamentarismo". Por essa razão, o Presidente, ainda pelas informações dos Governadores, contestou a legitimidade dos atuais Constituintes em alterar o sistema de Governo.

O Presidente condenou ainda a pressa nas votações, revelando aos Governadores que, em telefonemas a parlamentares que privam da sua amizade pessoal, constatou que muitos haviam votado favoravelmente a essas propostas que considerou "absurdas", por ficarem envolvidos pela condução apressada das votações.